

# ARTICULAÇÕES E CONFRONTOS: A CONSOLIDAÇÃO DO DISCURSO DE ESQUERDA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL PERNAMBUCANO (1964-1967)

**Simone Rocha<sup>1</sup>**

*“(...) Em Recife, (...) em São [Paulo] e no Rio (...) têm os esquerdistas conseguido apoio, financiamento e intercâmbio com outras entidades, assessoramento e meios outros que lhe permitem o início de uma muito bem planejada luta contra a Revolução de 31 de Março, luta essa, que por sinal, não é negada nem deve sê-lo, pois o estudante foi exatamente escolhido para esse sacrifício, pelo papel que desempenha na sociedade e de sua significação na atual conjuntura política. (...)”.*<sup>2</sup>

O grande envolvimento dos universitários nos programas promovidos pelo governo que antecedeu ao golpe<sup>3</sup>, levou as autoridades militares, que assumiram o poder em 31 de março, a tomar medidas que possibilitassem uma anulação da oposição estudantil. Um ato terrorista foi perpetrado contra a sede da UNE, incendiada em 1º de abril de 1964<sup>4</sup>. Além disso, houve instauração de processos contra estudantes com notada atuação política. Segundo dados colhidos por Poerner, cerca de 3.000 universitários foram presos e expulsos das faculdades, em todo o país<sup>5</sup>.

A UNE e as entidades universitárias estaduais sofreram intervenção. Em Pernambuco, a UEP foi invadida por tropas do IV Exército, que impediram a realização de eleições para a escolha de nova diretoria<sup>6</sup>. Djair de Barros Lima foi empossado como interventor da entidade. A pretensão do governo militar era que as entidades se envolvessem exclusivamente com os problemas universitários.

Um panfleto dirigido aos estudantes universitários, assinado pela Aliança Renovadora Estudantil, recolhido pela Delegacia Auxiliar em 13 de novembro de 1964, avaliava assim o momento:

*“As nossas conquistas sociais, conseguidas através de longas lutas e sucessivas vitórias, fez [sic] despertar a maioria do povo para a*

---

<sup>1</sup> Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora de História Contemporânea das Faculdades Integradas de Vitória de Santo Antão (PE).

<sup>2</sup> ‘Relatório de Informações’, s./d. *Prontuário do PCB*, Fundo SSP/ DOPS, n. 7504, Arquivo Público Jordão Emerenciano (Recife - PE). Daqui em diante citado como APEJE.

<sup>3</sup> O governo de João Goulart, que foi deposto pelo golpe militar, tinha o apoio entusiasta de vários setores do Movimento Estudantil.

<sup>4</sup> POEMER, Artur. *O poder jovem: uma história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

<sup>5</sup> POEMER, *O poder jovem...*, p. 278.

<sup>6</sup> ‘Panfleto’. *Prontuário do Movimento Estudantil*, Fundo SSP/ DOPS, n. 7458, APEJE.

*necessidade de realização de reformas de base, e de lutar por um governo essencialmente popular, ao mesmo tempo em que provocava a união dos setores políticos reacionários, se forjando um esquema armado para a derrubada do governo de Goulart. Com o golpe, foram destruídas as nossas conquistas nacionalistas; e agora, nos impede de avançar PACIFICAMENTE.*

*A quartelada hoje lança suas garras contra o Movimento Estudantil, porque conhece suas lutas, que se ligam diretamente com as do povo, e porque sabe a sua intervenção no processo revolucionário brasileiro. (...) O terror está generalizado. Professores são aliçados da vida universitária e estudantes estão ameaçados constantemente de sofrerem repressão.*

*(...)*

*Devemos nos mobilizar e lutar contra o terror estudantil, contra as deficiências de ensino nas escolas, a favor de eleições livres e pelas lutas democráticas. Perdemos a nossa organização legal, e agora devemos passar para clandestina.”<sup>7</sup>*

A conclamação para a luta ainda não encontraria acolhida entre os estudantes. Ao contrário, o que se seguiu ao golpe foram várias manifestações de apoio à retirada das lideranças ‘subversivas’ das entidades estudantis. Os estudantes de Direito da Universidade do Recife (UR) enviaram um manifesto às Forças Armadas, de “integral e irrestrita” solidariedade ao movimento de 1º de abril<sup>8</sup>. Em Bezerros, no dia 25 de abril, foi promovida concentração em homenagem ao Exército<sup>9</sup>. Demonstrando apoio ao golpe, os alunos da Universidade do Recife reclamaram da permanência do reitor, João Alfredo da Costa Lima, na Universidade, uma vez que ele tanto havia colaborado para perturbar a democracia através do Serviço de Extensão Cultural e da Rádio da Universidade do Recife. Pediam, segundo reportagem do *Diário de Pernambuco*, uma intervenção na reitoria<sup>10</sup>.

Mesmo com o apoio recebido dos estudantes ‘autênticos’, e com as intervenções implantadas nas entidades estudantis, o governo militar mostrava sentir-se vulnerável ante esse grupo. Na tentativa de evitar uma reorganização da oposição universitária, o Ministro da Educação enviou ao Congresso Nacional a Lei n. 4.464 - mais conhecida como Lei Suplicy, em alusão ao nome do Ministro Flávio Suplicy de Lacerda. Aprovada em 9 de novembro de 1964, colocava na ilegalidade a UNE e as Uniões Estaduais de Estudantes. Em seu lugar deveriam ser criados o Diretório

---

<sup>7</sup> ‘Panfleto’. *Prontuário do Movimento Estudantil*, Fundo SSP/ DOPS, n. 7458, APEJE. Não foi encontrada informação adicional sobre a aliança estudantil responsável pelo panfleto. Por seu discurso podemos localizá-la nos grupos de esquerda de cunho nacionalista, influenciados pelas propostas de Leonel Brizola.

<sup>8</sup> APEJE. DP, 14 abr. 1964, última página.

<sup>9</sup> APEJE. DP, 26 abr. 1964, terceiro caderno, p. 5.

<sup>10</sup> APEJE. DP, 25 abr. 1964, p. 3. No dia 13 de abril o jornal noticia a renúncia do reitor, que foi substituído, em 22 de agosto de 1964, por Murilo Guimarães, com apoio de mestres e alunos.

Nacional dos Estudantes (DNE) e os Diretórios Estaduais de Estudantes (DEE), entidades sem autonomia, subordinadas ao MEC<sup>11</sup>.

A medida tomada pelo governo para consolidar o regime entre a massa estudantil resultou inócua. Até mesmo os ‘democratas’ repudiaram a lei. Djair Barros Lima, interventor da UEP, em nota oficial, publicada pelo *Diário de Pernambuco*, em 11 de novembro de 1964, afirmou que sempre havia combatido os líderes “subversivos e corruptos” do meio universitário, bem como os “estudantes profissionais”, por isso se considerava com respaldo para não apoiar a extinção da UNE. Em sua opinião, o ministro deveria combater os abusos praticados nas entidades e não fechá-las. Por discordar da lei, deixava a interventoria da UEP.

A Lei Suplicy não logrou êxito. Além de afastar os líderes ‘democratas’, fechou entidades aliadas ao golpe e acabou por unir os vários segmentos estudantis para sua revogação. O Conselho Extraordinário da UNE, reunido no início de 1965, com o objetivo de eleger uma diretoria provisória, que seria responsável pela organização do XXVII Congresso da entidade (marcado para julho de 1965), aprovou a realização de um plebiscito nacional em que a Lei Suplicy seria avaliada.

Em Pernambuco, a UEP, em junho de 1965, distribuiu panfleto contendo o texto da Lei e convocando os alunos para participar do plebiscito, que já havia sido realizado no Rio, São Paulo e Paraná. A posição da UEP é assim exposta no texto:

*“Nossa posição ao solicitar o ‘referendum’, é a de querer uma manifestação livre e independente por parte do estudante pernambucano. Uma posição com referência às suas próprias entidades, e à sua própria independência, Não nos movimenta o simples desejo de fazer oposição, mas sim o direito de sermos livres e independentes. Queremos o respeito aos vinte e tantos anos de lutas históricas do Movimento Estudantil brasileiro. Pedimos a sua opinião. Livre e independente. Autônoma e consciente. Democrática e renovadora.”*<sup>12</sup>

Por este discurso, percebe-se como a tradição era utilizada para legitimar essas entidades vintenárias. O seu histórico de lutas era utilizado para defendê-las. A preservação das instituições era considerada como um imperativo para a manutenção da democracia, que as Forças Armadas afirmavam estar defendendo. Mas a decretação da ilegalidade desses órgãos era incompatível com o discurso democrático do governo. Iniciava-se um processo de desgaste do Regime Militar entre os universitários.

A oposição à Lei 4 464 foi tão intensa que ela não se efetivou. A falta de representatividade dos órgãos criados pela Lei Suplicy levou o governo Castelo Branco a revogá-la. No entanto, as antigas entidades não foram legalizadas, como reivindicado pelos alunos. Ao contrário, proibiu-se a existência de qualquer órgão que articulasse os estudantes a nível regional ou nacional.

---

<sup>11</sup> POEMER, *O poder jovem...*, p. 243.

<sup>12</sup> ‘Campanha do Plebiscito’. *Prontuário do Movimento Estudantil*, Fundo SSP/ DOPS, n. 7458, APEJE.

Os universitários acreditavam que a intenção do governo, ao impor a Lei Suplicy e depois o Decreto 228<sup>13</sup>, era implantar nas universidades a sua proposta de reforma, sem oposição<sup>14</sup>. Desde o período do governo de João Goulart que a UNE fazia campanhas para que houvesse representação estudantil nos órgãos universitários, o que garantiria aos alunos uma participação efetiva no processo de reforma universitária<sup>15</sup>. A imposição dos acordos MEC-USAID para a reforma das universidades brasileiras causou grande descontentamento, por desconsiderar a antiga reivindicação dos estudantes de intervirem no processo de modificação das estruturas universitárias<sup>16</sup>. Os estudantes denunciavam, também, que pelo teor desses acordos, a principal função da Universidade passaria a ser o fornecimento de mão-de-obra tecnologicamente qualificada para as grandes empresas. A consciência política, a crítica social e a criatividade humanística seriam erradicadas da formação do aluno<sup>17</sup>.

Esta medida conseguiu desagradar inúmeros estudantes. Aos poucos, os líderes do governo, com suas ações, iam angariando descontentamento e oposição entre aqueles que os apoiavam. O discurso da esquerda cada vez parecia mais merecedor de crédito. Mas o confronto entre os militantes da direita e da esquerda estudantil parecia longe do fim, como se pode perceber por ocasião do aniversário de um ano da instalação do governo militar no país. O *Diário de Pernambuco* publicou as congratulações dos ‘democratas’:

*“Comemora-se hoje um ano que o Brasil marcou nova data de independência. Estava a nossa Pátria sacudida, de norte a sul, por uma onda de agitação. Um clima de insegurança reinava em todos os lares e em todos os recantos deste enorme país. Estivemos à beira do abismo, ao risco de vermos banhado, com o sangue de nossos irmãos, o solo sagrado que recebemos de nossos pais. (...)*

*Foram os nossos irmãos brasileiros, que não estavam dormindo e, vendo chegar o momento decisivo para a batalha, a deflagraram. Uma batalha bonita, sem sangue e sem lágrimas, sem ódio e sem rancores. (...) Foram os heróis que nos restituíram a segurança. Era tarde demais para se assegurarem os direitos democráticos. Só mesmo a força poderia conter nossos inimigos, que a essa altura já nos feriam com o último insulto.*

---

<sup>13</sup> Este decreto de fevereiro de 1967 limitava a atividade estudantil ao âmbito de cada universidade.

<sup>14</sup> Como é defendido por Artur Poerner, Daniel Aarão Reis, Vladimir Palmeira, João Roberto Martins Filho, entre outros.

<sup>15</sup> No ano de 1962, aconteceu a greve dos estudantes universitários pelo co-governo.

<sup>16</sup> Surgidos na gestão do Ministro Suplicy, estes acordos seguiam a orientação do Relatório Atcon, que era a apresentação da filosofia educacional norte-americana para a América Latina. Elaborado em 1958, por Rudolph P. Atcon, este relatório preconizava a transformação das universidades estatais em fundações privadas, colocando o ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes durante um período de 10 anos. Para que os acordos MEC-USAID fossem executados, criou-se uma equipe integrada por cinco técnicos brasileiros e cinco norte-americanos, que constituíram a Equipe de Planejamento do Ensino Superior.

<sup>17</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *Rebelião Estudantil: 1968 - México, França e Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1996, p. 74.

*Nós que fazemos hoje a classe estudantil de Pernambuco, não poderíamos deixar passar despercebido esta data significativa. Representamos a elite desta nação, reconhecemos nossos deveres e os nossos direitos como também reconhecemos os benefícios públicos e notórios deste acontecimento hoje decantado.*

*São, portanto, essas considerações que nós, estudantes do presente, dirigentes do futuro, queremos prestar à causa da revolução. Confiamos plenamente nos empreendimentos dos nossos dirigentes. Cremos na democracia. Faremos tudo pelo Brasil.*

*José Albuquerque Cavalcanti - Presidente em exercício do DEE; Djair Barros Lima - Presidente do DCE da Universidade do Recife; Luis Rodrigues - Presidente do DCE da Universidade Católica.”*<sup>18</sup>

É importante ressaltar que, nessa fase, a imprensa continuava fechada com a Revolução de 1964, publicando somente fatos que a enalteciam. O discurso dos estudantes de oposição não teve espaço nos periódicos de grande circulação, mas o jornal *Combater*, publicação do Partido Comunista, registrou a análise desses estudantes sobre o aniversário da Revolução:

*“Não era de esperar que com as liberdades democráticas sustadas por uma revolução dita ‘salvadora’ fosse o meio estudantil sofrer funestas conseqüências. Expurgados os ditos corruptos e subversivos do seio da classe, logo se normaliza a situação como tentaram justificar suas perseguições e violências.*

*Resolveram então, os heróis da revolução, fechar as entidades de classes, impedindo um direito inalienável do homem, universalmente reconhecido - o da associação e livre arbítrio.*

*Para onde vai uma nação, quando o povo repousa a esperança moral e intelectual na classe estudantil e esta recebe uma orientação e uma cultura pré-fabricada do estrangeirismo, forçada nos seus costumes e nas determinações de suas leis? (...)*

*Há um ano que sofremos as conseqüências do regime totalitário, (...) Mas é com mais experiência e mais esforços que persistiremos numa resistência a este atual estado de coisas, pois a adesão firme em um ideal almejado sem temor de engano é própria de uma juventude que sabe o que quer. (...)*

*Isto será o Brasil e o futuro de um povo que sentir-se-á seguro, porque seguro será o governo escolhido por ele, que marchará com ele e para ele.*

*Neste dia será lavado, nas ruas do Recife, o sangue dos nossos colegas Jonas José de Barros e Paulo Rocha<sup>19</sup>, serão recuperados os dias*

---

<sup>18</sup> APEJE. DP, 31 mar. 1965, p. 5.

<sup>19</sup> No dia 1º de abril de 1964 uma passeata de universitários saiu da Escola de Engenharia em direção a Avenida Dantas Barreto, protestando contra o golpe militar. Na altura do edifício JK soldados do exército que cercavam o prédio dispararam para o alto para dispersar os manifestantes. Em resposta os estudantes atiraram pedras e laranjas no destacamento. Os militares novamente dispararam, mas agora em direção aos estudantes. O resultado foi a morte dos dois estudantes citados no texto.

*tortuosos dos presos-políticos e de suas respectivas famílias, serão devolvidas ao povo as liberdades. Finalmente será a libertação deste povo, cansado, explorado e humilhado na sua própria dignidade de ser humano e cidadão brasileiro.”*<sup>20</sup>

Os ‘liberais’ festejavam a sua revolução que havia restaurado a democracia sem derramamento de sangue no Brasil. Os estudantes da esquerda demonstravam o caráter opressor do Regime Militar, que destituiu um governo democrático, violentamente, com o assassinato de dois estudantes. Enquanto os ‘liberais’ diziam que o povo reclamava por falta de esclarecimento, pois, além de ter tido sua segurança garantida, conheceriam o progresso com o novo regime, os oposicionistas diziam que a ‘revolução salvadora’ tivera um caráter de manutenção do *status quo*. Portanto, afirmavam que só uma revolução popular poderia acabar com a situação de pobreza em que vivia grande parte do povo brasileiro. As visões eram contraditórias e irreconciliáveis. Restava o embate para convencer os companheiros de sua veracidade.

O ano de 1965 parecia o prenúncio desse confronto. A Escola de Engenharia, considerada pelo DOPS a escola que liderava os movimentos estudantis de esquerda em Pernambuco<sup>21</sup>, iniciou o ano letivo em greve contra a transferência dos alunos do primeiro e segundo anos para a Cidade Universitária. O diretório alegava que esta medida era uma tentativa de “*divisão dos estudantes, pois estes são temidos pelo diretor devido a sua comprovada firmeza de posições*”<sup>22</sup>. Embora infrutífera<sup>23</sup>, a greve demonstrou que os estudantes de oposição estavam ganhando mais adeptos.

Em agosto a eleição para os diretórios acadêmicos sagrou vitoriosa a esquerda estudantil nas escolas de Direito (elegendo José Walter Lubarino), de Engenharia (com Aécio Matos) e de Agronomia (com Edson Correa). Esse resultado provocou a reação dos estudantes de direita, que contavam com expressiva representação na escola de Direito. Eles afirmaram que a eleição fora fraudulenta. Já em setembro, distribuíram nota classificando a atuação do seu diretório como “*esquerdista*”:

*“(...) realização de uma exposição de pintura, com quadros de autoria de artistas comunistas, em sua maioria, na qual foram incluídos alguns pornográficos e outros altamente irreverentes e subversivos. (...) Programam, ainda, os agitadores do DA, atividades diversas como os chamados ‘Festivais de Bossa Nova’, de cunho caracteristicamente comunista e representações de peças que lembram o malfadado ‘tempo de Arraes’. (...) O diretor da Faculdade de Direito e seus professores, com a autoridade moral que lhes confere o cargo ainda mais reforçada pela Revolução*

---

<sup>20</sup> ‘Jornal Combater’, n. 10, abr.-mai./ 1965. *Prontuário de Relatórios*, Fundo SSP/ DOPS, n. 27593, APEJE.

<sup>21</sup> ‘Relatório de Informações’. *Prontuário do PCB*, Fundo SSP/ DOPS, n. 7504, APEJE.

<sup>22</sup> Jornal ‘A Luta’, n. 1, jun., ano 1, 1965. *Prontuário de Relatórios*, Fundo SSP/ DOPS, n. 27593, APEJE.

<sup>23</sup> Jornal ‘A Luta’, n. 1, jun., ano 1, 1965. *Prontuário de Relatórios*, Fundo SSP/ DOPS, n. 27593, APEJE..

*de 31 de março, não permitirão, certamente, que um diretório a serviço do Partido Comunista, obedecendo a orientação, embora velada, do conhecido agitador Jarbas de Holanda <sup>24</sup>, continue a agitar falando em nome dos estudantes de Direito, uma vez que ele foi eleito irregularmente e por uma minoria de pouco mais de 1/3 dos acadêmicos. (...)*  
*Os estudantes democratas confiam na atitude decidida dos professores, que lhes ensinam diariamente a fazer justiça e esperam tranquilos a decisão justa e legal do Conselho Técnico, anulando a eleição injusta, ilegal e irregular do diretório esquerdista.” <sup>25</sup>*

O Presidente do DA - José Walter Lubarino - prontamente respondeu a nota, afirmando não entender como festivais de música e exposições de pintura podiam ser consideradas atividades subversivas. Julgou desleal a atitude de seus opositores que se esconderam no anonimato<sup>26</sup>.

A disputa entre a direita e a esquerda no ME estava bastante acirrada quando um fato inusitado contribuiu para a definição do jogo a partir de 1966. A imprensa, sentindo-se prejudicada com o benefício que a Rede Globo vinha recebendo por parte do governo, iniciou a publicação sistemática de reportagens que expressavam descontentamentos com o Regime. Os protestos estudantis ganharam mais espaço na mídia. A repercussão alcançada foi de tal importância que, em julho de 1968, o Conselho de Segurança Nacional solicitou uma diminuição na publicação dessas reportagens. Esse espaço ampliado na imprensa favoreceu a criação dos chamados fatos políticos, levando simpatia às reivindicações estudantis e a um descontentamento com o autoritarismo governamental. A representação dos estudantes enquanto vítimas de um regime ditador começava a se efetivar, com o apoio decisivo da imprensa.

Nesse momento, o meio estudantil, no Recife, encontrava-se revoltado com a prisão do presidente do DA de Engenharia, Aécio Matos, um dos estudantes de esquerda eleitos em agosto de 1965. A acusação que pesava contra ele era a de ser membro do PCB, responsável pela distribuição, em Pernambuco, do jornal *O Movimento*, editado em São Paulo. Segundo o delegado auxiliar Álvaro da Costa Lima, o estudante era, no Estado, elemento de contato com a direção nacional da UNE. Em sua residência teriam sido encontrados 235 exemplares do jornal, que fazia campanha contra o Presidente da República e as autoridades constituídas. A desconfiança das autoridades policiais de que a Escola de Engenharia coordenava as ações do PCB em Pernambuco não era nova e vinha de informações obtidas por agentes especiais, conforme consta do ‘relatório de informações’:

---

<sup>24</sup>Jarbas de Holanda ingressou na Juventude Comunista em 1955. Nessa época, participou ativamente do movimento secundarista contribuindo para a criação de grêmios estudantis reivindicatórios nos principais colégios. Em 1960, iniciou o curso de Direito na Universidade Federal e em 1963 foi eleito vereador. Por ocasião do golpe foi preso por votar contra a cassação do prefeito Pelópidas Silveira. Sua intensa participação nos movimentos reivindicativos lhe valeu a imagem de perigoso agitador comunista, o que apressou seu ingresso na vida clandestina no ABC paulista.

<sup>25</sup>APEJE. DP, 15 set. 1965, p. 7.

<sup>26</sup>APEJE. DP, 16 set. 1965, p. 7.

*“No momento buscam os especialistas políticos da U.R.S. promover um ajustamento do mundo universitário brasileiro à luta que é travada (com êxito) em todo o mundo e da qual participa notavelmente o estudante (...).*

*Alcançaram êxito, (...) [em] Pernambuco, (...) através da atuação já conhecida da Escola de Engenharia, escola que, por determinação partidária, lidera os movimentos estudantis de esquerda em Recife.*

*(...) Atualmente em greve, (...) a Escola de Engenharia abre as portas para uma luta de grande envergadura, atendendo assim à exigência do Partido Comunista do Brasil de, pelos meios que se fizessem necessários, conseguir a atuação aberta de esquerdistas no meio universitário, criando assim o reclamado eixo NORTE-SUL, capaz, segundo os teóricos do PC de servir de trampolim e de motivação política para o que o Partido intitula de abertura da luta anti-revolucionária no Brasil. (...).”<sup>27</sup>*

Convencido que esta faculdade coordenava os movimentos de esquerda no Recife, o delegado auxiliar decretou a prisão de Aécio Matos. Acreditava-se que com essa prisão a agitação estudantil se encerraria. Era mais compreensível para as autoridades que as manifestações dos estudantes estivessem sendo orquestradas pelo comunismo internacional, do que por uma insatisfação com a política educacional do governo. Criticar o governo era entendido, dentro do espírito de seita reinante no período, como uma traição. O erro era percebido como fraqueza e o Regime Militar não pretendia parecer fraco.

Contrariando a expectativa policial, a prisão de Aécio Gomes de Matos não interrompeu as ações estudantis. O episódio impulsionou a eclosão de novas manifestações em prol da revogação da prisão do colega e da defesa da democracia. Em carta aberta à população, os estudantes pretenderam mostrar sua versão sobre o caso:

*“O sentido de nossa luta*

*(...) Há cinco meses encontra-se nos cárceres de nossa cidade o colega Aécio Mattos, ex-presidente do D.A. de Engenharia. Para conservá-lo na prisão foram forjados motivos com a finalidade de manter sobre terror a classe estudantil de Pernambuco. Todos os meios para libertá-lo já foram tentados: advogados, habeas-corpus, listas assinadas, etc. Tudo em vão pois Aécio continua preso, inclusive ilegalmente, porque já está vencido o período de prisão preventiva.*

*Além de Aécio inúmeros outros colegas do sul foram presos e perseguidos pelo mesmo governo antidemocrático e antinacional, por defenderem a liberdade e por lutar contra o estado de fome, miséria e opressão em que se encontra o nosso povo.*

---

<sup>27</sup> ‘Relatório de Informações’, s./d. *Prontuário do PCB*, Fundo SSP/ DOPS, n. 7504, APEJE. Grifo nosso.

*(...) Particularmente em Pernambuco a luta se faz mais diretamente contra a prisão daquele colega que é sem dúvida, fruto da política ditatorial o que mais nos atinge (...).”<sup>28</sup>*

A chave de interpretação para o caso da prisão do universitário fornecida pelos estudantes alcançou crédito entre a massa estudantil que organizou uma passeata para o dia 16 de setembro de 1966. A SSP proibiu a sua realização, alegando ser uma manifestação subversiva articulada com estudantes do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e da Argentina - que vinham lutando contra o governo de seu país, desde que o General Ongania assumira.

Diante da proibição, foi realizado um comício no pátio da Universidade Católica, com a presença de aproximadamente duas mil pessoas. Os estudantes Virgílio Campos, Marcos Cunha e Marcos Antônio discursaram, condenando a violência policial, a prisão de Aécio e o regime militar que vinha desrespeitando os direitos humanos. Radicalizando seu discurso, deram um ultimato ao governo, para que libertasse Aécio num prazo máximo de oito dias, findo este prazo se organizariam novas manifestações<sup>29</sup>.

A realização do comício no pátio interno da Universidade Católica de Pernambuco (UCP) teve como resposta, por parte dos segmentos da direita estudantil daquela instituição, a publicação de uma nota nos jornais:

*“Aos Universitários Pernambucanos  
Os diretórios unidos da Universidade Católica de Pernambuco, tendo em vista os acontecimentos ocorridos no recinto de sua Universidade, local de estudos, ontem transformado em palco de vergonhosa mistificação da classe estudantil pernambucana, por elementos financiados, dirigidos e orientados por agentes conhecidos da subversão internacional, notórios inimigos dos autênticos regimes democráticos, vem de público protestar diante desse estado de coisas que culminou no prejuízo dos colegas legítimos estudantes, haja vista a não existência de aulas pela intranqüilidade ocasionada pela tentativa de desordem só não verificada graças a ação preventiva e prudente da Polícia Militar de Pernambuco que, de imediato, se antecedeu aos fatos, coibindo, assim, futuros e desagradáveis acontecimentos, que de muito prejudicariam a classe estudantil pernambucana.  
(...)”*

---

<sup>28</sup> ‘Carta aberta à população’. *Prontuário de Panfletos*, Fundo SSP/ DOPS, n. 6122, APEJE.

<sup>29</sup> Aécio Gomes Matos foi julgado em 28 de abril de 1967, junto com os colegas Cândido Pinto, Frederico Jaime Katz, Luciano Dourado de Matos e Henrique Roberto Ramires Pinheiro. Aécio e Henrique foram condenados a dois anos de prisão, Cândido a um ano, Frederico e Luciano foram absolvidos. A acusação que pesou contra eles foi a de terem promovido um tribunal estudantil onde condenaram alguns colegas que depuseram em inquérito policial a respeito das atividades subversivas da Escola de Engenharia. Os colegas julgados pela diretoria do DA tiveram como pena a proibição de usarem o restaurante e a biblioteca da Escola, tendo sido, também, impedidos de fazer parte da cooperativa que ali funcionava, organizada pelos alunos.

*Os diretórios unidos da Universidade Católica de Pernambuco, ao mesmo tempo que condenam as prisões arbitrárias sem culpa formada de universitários brasileiros, estranham o comportamento dos responsáveis pela ‘assembléia’ em realizar, no pátio interno de uma Universidade particular, tal espécie de manifestação, sem a devida autorização de TODOS os Diretórios integrantes da referida Universidade.*

*Recife, 17 de setembro de 1966.*

*Armando Fernandes Nóbrega - DA de Economia*

*Helena Batista Ramalho - DA de Filosofia*

*Maria Bernadete - DA de Enfermagem*

*Antonio José Araújo - DA de Politécnica.”* <sup>30</sup>

O protesto demonstra que o embate entre as lideranças estudantis pela conquista da hegemonia continuava acirrado. Mas, nesse momento, devido às ações do governo, o discurso dos líderes de esquerda se consolidava, para desespero das autoridades, que esgotando suas armas de persuasão passaram, progressivamente, a uma maior repressão policial.

O mês de setembro de 1966 aponta nessa direção. Foi um mês marcante para o Movimento Estudantil no Brasil. Ocorreram protestos em vários estados contra a prisão de 17 estudantes paulistas durante a realização de um congresso clandestino efetuado pela UNE-UEE, em São Bernardo do Campo. Em consequência dessa arrancada espontânea, a UNE estabeleceu o dia 22/09/1966 como o ‘Dia nacional de luta contra a ditadura’. No Rio, os protestos levaram à ocupação policial da faculdade de medicina, que terminou num massacre contra os universitários ali reunidos - os policiais fizeram um corredor polonês por onde todos tiveram, necessariamente, que passar; segundo a imprensa, não escaparam nem “as mocinhas”<sup>31</sup>. Na Bahia, os policiais avançaram sobre uma passeata. Houve correria, estudantes e populares se refugiaram no mosteiro de São Bento, que foi metralhado pelos soldados<sup>32</sup>. No Recife, os protestos ocorreram no dia 23 de setembro de 1966.

Em adesão às reivindicações estudantis que ocorriam a nível nacional, e em protesto pela permanência de Aécio na prisão, os universitários pernambucanos marcaram uma concentração para as 17h do dia 23 de setembro de 1966, em frente à Faculdade de Direito da UFP, de onde saíam em passeata. O policiamento ostensivo inviabilizou a concentração e fez com que os manifestantes se dividissem em dois grupos, que convergiram, um vindo da Avenida Guararapes e outro da Rua Nova, para a Praça da Independência, onde seria realizado um comício.

Quando os grupos se aproximaram da Praça, os policiais avançaram em direção a eles, que correram e se refugiaram na Matriz de Santo Antônio. O vigário, monsenhor Severino Nogueira, pediu que os universitários se retirassem, mas eles permaneceram e improvisaram uma assembléia na nave central do templo,

---

<sup>30</sup> APEJE. DP, 18 set. 1966, p. 12.

<sup>31</sup> APEJE. DP, 24 set. 1966, p. 1.

<sup>32</sup> APEJE. DP, 24 set. 1966, p. 1.

enquanto outros começaram a repicar os sinos. O secretário de Segurança Pública, tenente-coronel Gabriel Aguiar, com apoio do pároco, ordenou aos policiais que esvaziassem a Igreja com determinação. “*Munidos de cacetetes de madeira os homens da PMP evacuaram o prédio à força*”<sup>33</sup>. O estudante José Maria de Carvalho, na tentativa de fugir da violência policial, pulou da janela do primeiro andar, sofrendo traumatismo craniano. O seminarista Roberto de Araújo Farias foi atendido no hospital com várias escoriações e contusões pelo corpo<sup>34</sup>.

Começava-se a reagir às passeatas estudantis como se elas fossem uma séria ameaça à ordem pública. O aparato policial envolvido na repressão (contingentes da cavalaria, tropas a pé, unidades móveis da SSP)<sup>35</sup> parecia destinado a enfrentar um inimigo bem armado e extremamente perigoso. Conter os estudantes, amedrontar a população para que não se unisse a eles faziam parte dos objetivos das autoridades policiais.

O ano de 1967 não foi mais tranqüilo... As manifestações em favor da matrícula dos excedentes nas Universidades do Recife foram intensas: passeatas, acampamentos na reitoria, greves etc. Essa pressão contribuiu para que as provas fossem reavaliadas. Em conseqüência, as notas foram modificadas e mais de mil e oitocentos estudantes puderam matricular-se. A matrícula, entretanto, foi condicionada à prestação de novas provas em junho, para a inscrição definitiva. Nova batalha se iniciou para tentar suspender a realização dos exames.

As precárias condições de funcionamento dos restaurantes universitários foi, também, um fator de protestos e de mobilização estudantil nesse ano. Os estudantes denunciavam a alimentação insuficiente, péssimas instalações e a inexistência de copos e talheres em quantidade suficiente. Em assembléia realizada em 09 de maio de 1967, o Presidente do DCE da Federal denunciou que os estudantes tinham que esperar na fila até os seus colegas terminarem de almoçar e lhes passar o talher, para que pudessem comer. Um aluno de Direito, identificado por Guido, disse que os estudantes estavam sendo tratados como porcos, chegando ao ponto de comer feijão queimado e peixe podre. Nessa assembléia abordou-se também o problema dos excedentes, quando Virgílio Campos disse que os vestibulares de 1967 tinham sido vergonhosos, e que as universidades precisavam de uma reforma urgente, para que não fosse mais preciso realizar matrículas condicionalmente. A assembléia se encerrou com a proposta de realização de uma grande concentração em praça pública contra o descaso do governo com a educação<sup>36</sup>.

Nessa concentração, desencadeou-se o maior confronto do ano de 1967 entre estudantes e policiais. Marcada a manifestação inicialmente para a Praça da Independência, ela não pôde ser realizada no local em virtude do forte policiamento. As diversas escolas superiores também foram cercadas por tropas da PM. Os

---

<sup>33</sup> APEJE. DP, 24 set. 1966, p. 1.

<sup>34</sup> APEJE. DP, 24 set. 1966, p. 1, p. 3, p. 5 e p. 7.

<sup>35</sup> APEJE. DP, 24 set. 1966, 3.

<sup>36</sup> ‘Relatório da Assembléia Geral dos Estudantes’, realizada no pátio interno da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, 09 de maio de 1967. *Prontuário de Documentos Administrativos*, Fundo SSP/ DOPS, n. 1729, APEJE.

estudantes, sem um local seguro para realizar seu comício, dirigiram-se para a Assembléia Legislativa, onde o fizeram nas escadarias do Palácio Joaquim Nabuco. O prédio foi, então, cercado pelos soldados. O presidente em exercício da Assembléia, Deputado Ênio Guerra, negociou com o General Antônio Adeodato Montalverne, secretário da Segurança Pública, a saída dos estudantes. Com a garantia de que poderiam sair do prédio tranquilamente, deixaram o Palácio acompanhados dos deputados Valdemar Borges Rodrigues, Ênio Guerra e Vital Novais<sup>37</sup>.

Na altura da Rua Princesa Isabel, os deputados retornaram à Assembléia e alguns universitários tentaram prosseguir pela Rua da Aurora, sendo proibidos pela polícia. Desviaram-se, então, rumo ao Parque Treze de Maio. Na altura da Rua União, ocorreu o conflito. Segundo os policiais, eles só se utilizaram da tática de dissolver tumultos. A versão dos estudantes é que foram espancados. Quatro estudantes foram presos no episódio.

Mais uma vez a repercussão da repressão policial foi negativa para o governo. Desta vez os 'democratas' não divulgaram qualquer nota contra os estudantes de esquerda. O silêncio parecia indicar reprovação à ação policial. Tem-se a impressão de que a partir desse episódio a esquerda conquistou a hegemonia sobre o ME em Pernambuco, uma vez que os líderes de direita não mais registraram seu protesto.

As notas divulgadas na imprensa são de repúdio à ação do governo. Os universitários publicaram sua versão:

*“Os Presidentes dos diversos Diretórios Acadêmicos de nossas faculdades vêm de público denunciar as atrocidades praticadas pela polícia estadual, por ocasião da realização do comício, na tarde de ontem, na Assembléia Legislativa, antes programada para a Praça da Independência, mas impedido pelo cerco policial formado, quando foram praticadas numerosas prisões e os mais violentos espancamentos dos nossos colegas. Quando a unanimidade de nossos colegas vai à praça pública no intuito de manter o diálogo com o povo e denunciar os acordos alienígenas realizados pelo Governo Federal com organizações estrangeiras, como o Acordo MEC-USAID, que visa entregar as nossas universidades para os grupos monopolistas norte-americanos e criar uma mentalidade entreguista nos nossos alunos, a Polícia impede este contato com o público. Nossa luta também se estende contra as transgressões feitas pela Reitoria ao Regimento Geral das Universidades, quando pretende submeter 1 300 primeiranistas matriculados ao massacre de um segundo vestibular. Vimos protestar, finalmente, contra a prisão dos nossos colegas, baseados na palavra dada pelo presidente da Mesa da Assembléia Legislativa, quando garantiu a segurança de nossos colegas ao término do comício.”*<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> Todo o relato do episódio foi baseado nas informações colhidas nos jornais *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*, do dia 20 de maio de 1967.

<sup>38</sup> APEJE. DP, 20 mai. 1967, p. 7.

A imagem de estudantes subversivos que o governo buscava veicular já não conseguia se sustentar. O deputado Valdemar Borges, atacando a polícia em seu discurso na Assembléia em 22 de maio de 1967, afirmou:

*“Os estudantes pretendiam esclarecer o povo a respeito do acordo MEC/USAID, acordo esse que já muitos conhecem como prejudicial aos estudantes. Entretanto, as autoridades policiais não permitiram a realização do ‘meeting’, porque desde o dia 1ª de abril de 1964 vivemos no regime entreguista. Não desejavam os líderes estudantis subverter a ordem. Isto não. Quem subverteu a ordem foi o Sr. Secretário de Segurança Pública, desrespeitando a autoridade superior do Estado, Governador Nilo Coelho, já que o mesmo ordenara a libertação dos estudantes presos, no que o General Secretário da Segurança informou ao governador que, dos estudantes presos, dois já estavam em liberdade, enquanto os outros estavam apenas conversando em seu gabinete, e logo depois seriam libertados. Mas, para surpresa minha, (...) os estudantes não haviam sido soltos, e sim autuados em flagrante e recolhidos ao Juizado de Menores e Quartel da Polícia Militar.”*<sup>39</sup>

Os deputados pernambucanos se revoltaram com a invasão policial ao prédio da Assembléia ocorrida após a saída dos estudantes. Consideraram a ocupação como um desrespeito à autonomia da Casa. Denunciaram o desacato policial à autoridade do Presidente da Assembléia, afirmaram que o cerco policial constituiu grave ameaça ao Poder Legislativo, e solicitaram que o Secretário de Segurança Pública comparecesse à sessão para esclarecer os acontecimentos. O Regime já não parecia o defensor da democracia, mas seu algoz.

A repressão ao comício estudantil e a prisão dos estudantes<sup>40</sup> levou à realização de nova manifestação, no dia 24 de maio de 1967. Desta vez com permissão da SSP, o comício, que reuniu cerca de três mil pessoas, ocorreu sem incidentes. Nele discursaram nove universitários, dois secundaristas e o deputado Valdemar Borges. Todos criticaram a política educacional do governo, a repressão às manifestações estudantis e a prisão injusta de estudantes.

Diante do crescimento da oposição, o discurso da infiltração vermelha orquestrada internacionalmente passou a ser largamente utilizado pelos governantes para explicar os intensos protestos que ocorreriam no país. Nos relatórios de investigações e de informações produzidos pelos agentes do DOPS, SSP, SNI, CENIMAR, CIE<sup>41</sup> sobre essas agitações, que foram analisados, as denúncias de que eram manipuladas por agentes do comunismo internacional eram constantes.

---

<sup>39</sup> ‘Comunicação dirigida ao Delegado de Segurança Social’, 22 mai. 1967. *Prontuário de Documentos Administrativos*, Fundo SSP/ DOPS, n. 1729, APEJE.

<sup>40</sup> Os estudantes presos foram os secundaristas Fernando Santa Cruz e Raniere Maranhão e os universitários José Carlos Nogueira de Melo, Dirceu Carlos Brasileiro e Daniel Miranda Monteiro.

<sup>41</sup> As siglas significam: Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Secretaria de Segurança Pública (SSP), Serviço Nacional de Informações (SNI) e Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e Centro de Informações do Exército (CIE).

Em setembro de 1966, no Congresso Nacional, o deputado Raimundo Padilha afirmou que:

*“O Movimento Estudantil, deflagrado em vários Estados, faz parte de uma campanha subversiva, orientada e dirigida por organismos internacionais, interessados em conturbar a ordem pública em toda a América Latina, com a finalidade de permitir a infiltração comunista no continente. ( . . . ) O pivô desses acontecimentos - a fixação da anuidade para o ensino universitário - nada mais é que um débil pretexto para incitar os meios estudantis e, por seu intermédio, sensibilizar as demais classes trabalhadoras.”*<sup>42</sup>

São vários os momentos em que, vendo-se perplexos ante a oposição que os jovens vinham fazendo ao governo, pondo-o em uma posição de instabilidade, os detentores do poder recorreram a esse tipo de explicação, para tentar entender o engajamento da juventude na busca de um país melhor, de um mundo mais justo, que, para eles, só seria possível pela via socialista.

As Forças Armadas entendiam que em nome da ameaça comunista, os movimentos de oposição deveriam ser detidos, fosse através da força e/ou de reformas que pudessem colocar o país no caminho do progresso.

No entanto, as reformas propostas para a Universidade, aliadas à repressão violenta às ações estudantis, foram gerando uma crescente incompatibilidade do governo frente aos universitários, contribuindo ainda para uma maior politização do movimento, aumentando a desconfiança, por parte do governo, de que estava sendo orquestrado por organismos internacionais.

Diante da falta de habilidade dos militares em lidar com as oposições, o discurso estudantil foi se radicalizando e gerando uma cisão no governo ante as medidas que deveriam ser tomadas para enfrentar esse desafio. Até o primeiro semestre de 1968, o governo procurou conciliar uma política repressiva com a concessão de algumas reivindicações: a matrícula dos excedentes; a revogação da Lei Suplicy; a não implantação dos acordos MEC-USAID; o comprometimento do governador do Estado de Pernambuco, Nilo Coelho, de manter o restaurante da Universidade Rural funcionando com os preços anteriores à majoração feita no início de 1968, para o término de uma greve de mais de trinta dias. Estas são demonstrações de que a pressão resultava favorável aos estudantes, fato que permitiria leituras diferentes por parte de militantes do movimento e dos militares. Para os universitários, o governo estava recuando ante sua pressão, o que merecia um endurecimento cada vez maior de seu movimento.

Os militares, principalmente os da facção da chamada ‘linha dura’, tinham outra leitura dessas concessões. Para eles, demonstravam fraqueza do regime. Acreditavam que o Exército vinha sendo ameaçado pelas esquerdas, que se expressavam através do ME e era urgente conter esse desafio. O recrudescimento das manifestações em 1968 levou os militares indecisos ante a necessidade de um maior fechamento do regime a aderirem às idéias dos oficiais da linha dura.

---

<sup>42</sup>APEJE. DP, 22 set. 1966, p. 1.

Consideravam que ceder às pressões dos estudantes e aos clamores de normalização institucional, naquele momento, implicaria uma desmoralização impensável para a corporação, uma vitória dos projetos do inimigo interno<sup>43</sup>. Daí as medidas de endurecimento tomadas a partir de 1968, que culminariam na decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968.

Como analisa Scalercio, “*Em 1968, o que importava era que a espada fora desafiada e seus portadores convenceram-se que deveriam demonstrar, mesmo de forma impiedosa, que ela não se quebraria*”<sup>44</sup>.

### RESUMO

Após o golpe que levou os militares ao poder em 1964, todos os órgãos de representação estudantil foram fechados no Brasil. Os novos organismos criados foram liderados pelos estudantes que apoiavam o movimento militar. No entanto, a esquerda estudantil foi recuperando o espaço perdido em Pernambuco através de ações que conquistaram a simpatia da população.

**Palavras-Chave:** Estudantes; Esquerda; Ditadura Militar.

### ABSTRACT

After the *coup d'état* that lead the military to the power in 1964, all the students' associations have been closed in Brazil. The new organizations bred had been led by students who supported the military movement. However, the leftist students have recouping the lost space in Pernambuco through action that they had conquered the affection of the population.

**Keywords:** Students; Left Party; Military Dictatorship.

---

<sup>43</sup> SCALERCIO, Márcio. A têmpera da espada: os fundamentos do pensamento das lideranças do Exército em 1968. *Acervo*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 11, n. 1-2, dez. 1998/ jan. 1999, p.111-112.

<sup>44</sup> SCALERCIO, A têmpera..., p. 113.